

CNG reconhece limites na proposta, mas identifica avanços significativos na minuta de projeto de lei apresentada na sexta-feira

Comando avalia proposta definitiva do governo

O CNG avaliou que a proposta apresentada pelo Governo apresenta avanços significativos no processo de conquista de nossa Carreira. O Comando Nacional compreende que termos uma carreira, conforme traduzimos no nosso projeto aprovado em Congresso da Categoria, significa uma luta continuada. Neste sentido, o que recebemos por parte do Governo é uma proposta de carreira, que, no entanto, não apresenta todos os elementos que compõem uma carreira conforme pensamos. A priori, neste projeto, o que de fundamental, segundo nossa concepção, está ausente é o desenvolvimento que permita a(o) trabalhador(a) transitar entre as várias funções (especialidades) que constituem o "fazer educação" dentro das IFEs.

O debate no interior do CNG entende que a proposta traduz os limites do Governo: ou seja, o que está colocado para o movimento é que há muito pouco espaço de manobra, ou nenhum. Dentro deste contexto, avaliou-se que superar os limites do Governo significa trabalhar com duas variantes importantes: 1) qual o tamanho da greve e sua capacidade de luta e, 2) quais são os elementos da conjuntura, do próximo período, que atuam contra nós.

AS DUAS VARIANTES - Neste sentido, em relação a primeira variante, verificou-se que nossa greve já apresenta problemas em algumas bases, evidenciando que o teto de mobilização foi atingido e o período que se abre é de refluxo (em-hora a informação do grau de mobilização tenha sido fornecida por apenas 3 universidades). Dentro do próprio CNG os informes dos delegados de base apresentaram, de forma geral, um quadro que já mos-

tra a precariedade do movimento. Dentro da segunda variante, a conjuntura apresenta dois elementos importantes que por si só impõem limites às nossas ações: o primeiro elemento é o que podemos chamar de "Tem-por eleitoral". O período que se abre será dedicado inteiramente às eleições municipais e, portanto, qualquer outro fato que queira se apresentar na conjuntura enfrentará muitas dificuldades para se impor e, simplesmente, ficará no ostracismo até as eleições passarem. O segundo elemento muito importante para nossa greve é o "esforço concentrado" que o Congresso Nacional fará na terceira semana de setembro (o que nos dá apenas duas semanas de manobra).

O CNG avaliou ainda que devemos manter nossa perspectiva da carreira conforme a elaboramos. Neste sentido a exigência é que consiste no "Término de Acordo de saída de greve o compromisso da continuidade do debate para superar os limites do texto do PL, como por exemplo, o efetivo enquadramento por capacidade e o cumprimento de todos os prazos previstos na proposta. Assim como deve estar no Termo o horizonte da conquista da relação piso x step conforme proposto no nosso projeto original (RS 780,00 x 5%).

AJUSTES NECESSÁRIOS - O CNG avaliou que a base deve analisar a proposta do Governo, com o subsídio do GT-Carreira Nacional (veja comentários no encarte), e autorizar o termos a necessidade de apre-



Foto: William

PRESSIONA EM BRASÍLIA. Caravanas de todo o país tiveram papel importante para mostrar a disposição de luta da categoria em busca de um plano de carreira digno

CNG a fazer ainda alguns ajustes necessários na mesa de negociação. Uma questão importante foi levantada no debate em relação ao artigo 27 que, na leitura de alguns, vincula o processo de enquadramento por capacidade bem como a implementação do incentivo à qualificação a disponibilidade orçamentária. Neste sentido, teremos a necessidade de apre-

sentar uma outra formulação para o artigo que dê conta das preocupações. Também foi problematizada a questão em relação ao artigo 3º que "impõe" uma jornada de trabalho de quarenta horas. O encaminhamento do CNG é no sentido de supressão deste artigo. Outros pontos foram levantados como necessidade de fazermos ajustes na proposta, se houver condições políticas. Isso só poderá ser dado pela força do movimento.

Recuperar o termo de compromisso de 14 de maio

O CNG avaliou também que é necessário resgatarmos o Termo de Compromisso, assinado em 19 de maio, para que o movimento tenha a nitidez de quando suspender a greve. O Governo nos pediu 15 dias para dar entrada do PL no Congresso. Na última reunião o Governo propôs um prazo que compreende o momento da assinatura do Acordo de saída de greve até a efetiva entrada no Parlamento. Este prazo, inicialmente seria de 15 dias. A justificativa é de que uma vez feito o acordo entre Governo e Movimento, o trâmite oficial do projeto de lei (a passagem na burocracia estatal) não seria automatizada.

O CNG não se desbrucou sobre este pedido de prazo, mas compreendeu que, independente do debate, o PL deve ser submetido no "segunda semana de setembro. Isto deve estar apontado no "Acordo de Saída" e chance-lado pelo Colégio de Lideres do Congresso Nacional. Neste sentido o CNG encaminha:

- a) Manutenção da Greve,
- b) Rodada de assembleias na terra, quarta e quinta-feira;
- c) Apreciação da proposta do Governo;
- d) Autorização das assembleias para que o CNG possa fazer ajustes na proposta dentro dos limites postos;
- e) Manutenção das assembleias nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro, para que possa haver um diálogo rápido entre o CNG e o movimento.

Um elemento muito importante colocado no PL de Carreira é a perspectiva de futuro próximo. Por exemplo, as instituições terão que ter um Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira e, dentro dele, as IFEs terão que ter um programa de capacitação e de avaliação.

Isto significa que teremos muita luta pela frente para vermos conquistados os direitos que o PL estabelece e para avançarmos para além deles. Isto estabelece uma necessidade de mobilização constante por parte da categoria. A própria tabela que aponta um step de 3,6 para janeiro de 2006 deverá ser fruto de nossa luta ainda em 2005, no sentido de ampliar-mos este step na direção da nossa proposta original. Ou seja, as bases para luta próxima estão dadas a partir desta proposta. Entraremos no debate sobre DPC em uma posição mais vantajosa em relação ao próprio Governo.

INCORPORAÇÃO - Evidentemente, o CNG avalia que termos as gratificações incorporadas é uma vitória importante para nossa categoria que, mais uma vez, verá derrotada a política das gratificações. Em função da derrota que sofremos na Reforma da Previdência, a necessidade de evitarmos "penduricalhos" em nosso contra-cheque passa a ser de vital importância. É claro que não estamos aqui secundarizando a importância da incidência de rubricas como anuênios, insalubridade, cálculos para hora extra, ações judiciais, e outros. Todas estas incidências só fazem aumentar a remuneração total.

Na proposta apresentada agora, o dispositivo mudou qualitativamente para "Complementação de Vencimento Básico" - VB. Sobre este, tudo incidirá e será absorvido apenas na situação de reestruturação da tabela. Neste caso, o CNG pode afirmar categoricamente que ninguém sofrerá prejuízo.

Do ponto de vista orçamentário, o CNG compreendeu que os recursos são insuficientes, embora esteja garantida a incorporação das gratificações a partir do dispositivo da "Complementação de Vencimento Básico". Por conta da tabela ter um step pequeno, grande parte da categoria terá um complemento de vencimento básico. Na prática, estas pessoas terão garantida a incorporação das duas gratificações que irá se traduzir em "2" VB - dois Vencimentos Básicos.